

POLÍTICA

ALÉM DA NOTÍCIA

Autocrítica do poder

Quando o ministro Marco Maciel menciona a inexistência de regras definidas para o balizamento dos empresários e dos políticos, o Governo passa a realizar uma mal disfarçada autocrítica que, embora constituindo um gesto de indiscutível abertura, é confundida com tolerância desmedida, ou paciência extremada do Presidente da República e de seus principais ministros.

O Governo quer um plano interno, para sinalizar essas regras, que sirva para o mundo externo como uma definição clara de que o Estado programará, de seus investimentos em infraestrutura, para acelerar o desenvolvimento do País nos próximos anos. Para recobrar a confiabilidade perdida, o Governo quer optar por regras fundamentais, em vez de planos messiânicos.

É uma troca razoável, pois os insubstituíveis passam, e permanecem as angústias do Estado. O Governo, nos mais variados tempos, já dispôs de nomes iluminados, em diversas áreas, como Santiago Dantas, Petrônio Portella, Tancredo Neves, Afonso Arinos, Golbery do Couto e Silva, Clemente Mariani, Gustavo Capanema e tantos outros, mas não ficou mais brilhante a memória intelectual do Poder. A cada tempo, o seu próprio mal. Hoje, o País conta com quadros mais sofridos, e com uma estrutura de decisão mais complexa, com problemas e dramas que jamais teriam passado pela cabeça mesmo de um Santiago. Pede-se muito a esta geração, enquanto dá-se muito pouco a ela, no sentido de que se cobra muito intensivamente as respostas que não poderá dar.

A autocrítica do Governo é válida, porque antecipa a precipitação da crise, para desvãos de onde não mais poderá retornar. O estabelecimento de regras essenciais, conforme pede o ministro Marco Maciel, é o caminho último para esta possibilidade.

GILBERTO VOLTA

O ex-deputado Gilberto Azevedo volta a Brasília, na terça-feira, para assumir a chefia de Gabinete do ministro Raphael de Almeida Magalhães. Ele pertenceu à geração de Mário Covas e José Richa, na Câmara, quando todos foram casados. Sua indicação despertou entusiasmo em velhos companheiros de todas as áreas, como o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT. Gilberto, hoje vice-presidente do PTB, vai para o Governo como parte da retomada do diálogo entre o ministro da Previdência Social e o governador Moreira Franco.

REFORMA CORRE RISCO

A reforma ministerial passou a ser uma questão mais discutida nos gabinetes dos governadores, que no próprio Palácio do Planalto. O presidente Sarney vai recuar na sua intenção de reformar o ministério, pois não está disposto a lotear o Governo sob parâmetros de divisão do poder pelos Estados. Há risco de não-atendimento sequer do segundo nome de Minas — um membro da bancada do PMDB — ou do deputado Ralph Biasi, indicado pelo governador Orestes Quércia.

CARLOS WILSON ANGUSTIADÓ

Por sua vez, o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, revelou grande angústia a amigos com a colocação de seu nome, contra sua vontade, no plano das especulações.

LEONARDO MOTTA NETO

Balanco da semana

Equívoco — O ministério de alto nível começou com a substituição de João Sayad por Aníbal Teixeira.

Austeridade — O governo Moreira Franco gastou Cz\$ 40 mil com uma pelada entre presos.

Perigo — Dos 8.500 psiquiatras, a associação da classe calcula que só 2.500 estão capacitados. Usam divã; os outros, sofá.

Opção — O banquete do Itamarati tinha 1.200 convidados. Nenhum deles da Ceilândia.

Proteção — O contrabando de ouro aumentou em 40 T, para 56 T, em um ano.

Recessão — O número de concordatas em São Paulo, no mês de março, foi o maior dos últimos 27 anos.

Vingança — O Ministro da Fazenda foi jantar com os empresários em São Paulo. Não levou o Presidente.

Surpresa — O banqueiro Castor de Andrade foi preso e outros deporão sobre contrabando. Ou acabam com o Tuma ou o Tuma acaba com eles.

Amizade — O ministro Dante de Oliveira considera o mandato de seis anos um golpe. Está mostrando seu agradecimento por ter chegado a ministro.

Falência — Francisco Lopes, um dos papais do cruzado, prevê a inflação em 300%. Conseguiu o que desejava.

Revolução — O ministro Paulo Brossard instalou a 1ª Vara da Justiça Agrária. A paz no campo virá com a justiça, não com a agitação.

Futurologia — Os diplomatas usarão o mesmo passaporte vermelho que Pelé, candidato forte para o Itamarati no ministério de alto nível.

Peso — Se o Presidente Goulart tinha Osvaldo e Aragão, o Presidente Sarney tem o Dilson e o Fúnar.

Genial — "Quando estou com você, estou nos braços da paz". Inesquecível.

Vítimas — O Banco Central autorizou a cobrança de juros das dívidas vencidas na greve. O Governo se omitiu, nós pagaremos.

Sinceridade — Do Presidente Figueiredo: "A grande falha da Revolução foi me fazer Presidente". Bobagem, o Geisel foi muito pior.

Revolta — Confirmado para o dia 15 o assalto contra os assalariados. A Polícia, no entanto, não se mexe.

Implacável — Suspeita de irregularidades, toda a diretoria da Terecap foi dispensada. Aparição não transige com a corrupção.

Angústia — Depois de ler o ministro Funaro entrei em parafuso: ou estou louco ou ele vive em outro mundo.

Democracia — O Decreto-lei instituindo o compulsório não foi votado pelo Congresso. O povo continua pagando.

Indústria — Chantageado pela ex-secretária, o pastor Baken perdeu um negócio de milhões de dólares, a PTL: "Praise The Lord".

Constância — Os ratos contaminaram 71, de merenda escolar estocada pela Cibrazem em Rondônia. Os ratos continuam.

Dinamismo — O Plano Funaro está adequado ao plano dos meninos da Conceição, que se acoplará ao Plano Teixeira, resultando, no fim, o Plano Sarney. Resolver, que é bom, nada.

Intolerância — Cinquenta arruaqueiros impediram um homem como Aureliano Chaves de expor suas idéias e o caos.

Negócios — A Interbrás trocou frango e carne por petróleo. Depois, importaremos frango e carne suspeita. A Interbrás prometeu apurar a corrupção de sua última diretoria.

JOAO EMILIO FALCAO

Constituição sintética cada vez mais distante

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

A Loteria Esportiva e a Loto são temas constitucionais? Sim, ao menos na visão do deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES). Ele quer, na futura Constituição, um artigo determinando que "a renda líquida da Loteria Esportiva e da Loto será restituída ao município de origem, que a aplicará em obras assistenciais e de saúde". Já seu colega Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considera a elaboração de uma nova Carta boa oportunidade para criar, no Território, quatro novos municípios, chamados Pacaraima, Novo Paraíso, Rondonópolis e Caroebe.

Preocupado com as sacras finanças, José Fernandes (PDT-AM) deseja ver a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal impedidos de "instituir tributos sobre templos, de qualquer culto, e suas dependências indispensáveis ao exercício pleno das atividades religiosas". Na papelada que se vai avolumando, já com mais de 500 proposições apresentadas, escasseiam — para desgraça dos defensores de uma Constituição sintética — princípios gerais destinados a reger a vida nacional.

"Cada comissão vai querer apresentar o seu livro", prevê, quinta-feira, o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), antevidente não só uma carta detalhada como muito trabalho para a Comissão de Sistematização. Há projetos tão específicos como o do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), entendendo determinados benefícios "a todas as categorias profissionais do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado (Ipsae)".

E, no meio das pilhas de papéis, uma surpresa: parte do PMDB um dos primeiros projetos de redução do mandato do presidente Sarney. Assina-o o deputado gaúcho Mendes Ribeiro — candidato rebelde e derrotado, a relator de uma das comissões temáticas. Ribeiro quer eleições diretas dia 15 de novembro de 1988.

Examinar os projetos que estão sendo encaminhados à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte é ganhar segurança quase absoluta de que não teremos a carta sintética defendida por uma parte dos parlamentares e que uma parcela dos legisladores federais não pegou bem o espírito da coisa. E, também, ganhar uma noção de quão complexo e espinhoso será o trabalho das subcomissões, que darão o primeiro ordenamento e farão a primeira seleção deste material — e principalmente o da Comissão de Sistematização. Há de tudo. Em fartura.

Só 33 deputados e senadores apresentaram até agora 130 proposições. Nesta amostragem, equivalente a cerca de um quarto da papelada que se acumulara até o final da última sessão da Constituinte da semana



Cordeiro: sem meios para atender comissões

Adiamento em boa hora

O adiamento da eleição de presidentes e relatores das subcomissões veio a calhar para o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Primeiro-secretário da Mesa da Constituinte, ele via o tempo se esvaír sem que conseguisse preparar o material a ser distribuído para cada uma das oito comissões temáticas. Sexta-feira, não dispunha sequer da listagem das proposições apresentadas e via se confirmar uma frase dita no começo da semana: "Ainda estou temeroso, nossa estrutura é deficiente". Mas, quando a semana findou, havia mais tranquilidade: o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, garantia que amanhã estarão instalados os terminais de computadores que rapidamente informarão sobre qualquer projeto.

Amanhã, Marcelo também deverá deixar seu

gabinete no 5º andar do Anexo IV da Câmara e se mudar para o edifício principal, onde terá instalações mais adequadas a seu trabalho. Além de projetos, emendas e outras iniciativas de parlamentares, pousarão em sua mesa, calcula ele, "milhares" de propostas da chamada "sociedade civil", que terão de ser encaminhadas às comissões interessadas. Mas trabalhosa, porém, serão as tarefas referentes aos projetos de iniciativa popular, que podem ser apresentados com 30 mil assinaturas. O primeiro-secretário considera urgente a confecção de um formulário próprio para isto, principalmente porque cada uma destas listas terá de ser passada por um computador que verifique se todos os cidadãos que a assinam podem fazê-lo: cada brasileiro pode assinar apenas três destas propostas.

que passou, quinta-feira, predominam questões eleitorais, trabalhistas e voltadas à educação. Entre outras coisas, liberam-se os jogos de azar "nos lugares e na forma previstos em lei", dobra-se o salário nas férias dos trabalhadores, contemplam-se as gestantes com 10 a 11 meses de licença. Instituem-se as eleições em dois turnos, anexa-se Fernando de Noronha a Pernambuco. E se decreta — se depender da vontade do deputado Michel Temer (PMDB-SP) — que "com a Magistratura e o Ministério Público, o advogado presta serviço de interesse público, sendo indispensável à administração da Justiça".

Se o leitor não entendeu este último tópico, fica na mesma situação do repórter. Certo é que o objetivo maior da proposta de Temer está no parágrafo único deste insólito artigo que ele pretende inserir na futura constituição: o preceito de que "o advogado é inviolável, no exercício da profissão e no âmbito de sua atividade, por suas manifestações escritas e orais".

Outros parlamentares desejam estender as imunidades de que desfrutam a

seus colegas situados nos patamares inferiores da vida política: deputados estaduais e vereadores. Ah, mas é claro que os legisladores de hoje não poderiam esquecer os de ontem: "São definitivamente arquivados todos os processos criminais em curso contra deputados e senadores, ainda que os mesmos não mais estejam no exercício do mandato", pretende Nilson Gibson (PMDB-PA).

ATE REGIMENTO

Gibson, de uma sentada só, apresentou quinta-feira 22 proposições. Assuntos variados e que certamente farão coçar a cabeça dos defensores da carta sintética. Alguns desses projetos referem-se a questões internas da Câmara e do Senado — assunto normalmente tratado no regimento das casas legislativas. Mas o deputado foi eleito, está lá para isto. Tu do bem. Só que, ao se deparar com tais propostas, certamente coçar a cabeça também o deputado Marcelo Cordeiro. 1º Secretário da Assembleia Nacional Constituinte, a quem cabe organizar o material para distribuição às comissões temáticas. Em nenhu-

ma delas enquadram-se projetos dispendiosos, por exemplo, sobre a constituição das mesas e comissões da Câmara e do Senado.

Noutra linha, o deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) quer que a Constituição determine que "poderão ser criados novos estados e municípios" — e lança surpreendentemente o complemento desta frase lá adiante, no Artigo 4º, cujo texto completo é: "Desde que haja condições econômicas, populacionais e territoriais". Mas, voltando ao fértil deputado Gibson, é interessante que ele, ao mesmo tempo em que trata, como matéria constitucional, de temas que incluem a composição de comissões, a convocação de sessões extraordinárias e recesso parlamentar, lance, na justificativa de um de seus projetos, o seguinte: "Não se pode aceitar, impunemente, que a Constituição limite o poder de decisão de cada casa legislativa, como ocorre na vigente Carta política. As normas regimentais são de exclusiva alçada de cada Câmara, e o texto constitucional não pode, e não deve, enunciar restrições a esse poder de regular as atividades internas das diferentes casas de lei".

Novamente, tudo bem. Está no seu direito o deputado. Só que, se este Artigo for aprovado, anulará outros, propostos pelo mesmo parlamentar. A proposta a que se refere a justificativa transcrita é, aliás, caso enigmático: "Cada uma das Câmaras disporá sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços mediante resolução própria". Está escrito assim mesmo. Polícia? Sabe-se lá. Mas, se o leitor imaginar que não falta mais nada, está redondamente enganado. Falta sim. Afinal, se a média for a desta amostragem, haverá quatro projetos para cada parlamentar, formando montanha de mais de 2 mil 200 proposições — algo como 50 mil laudas datilografadas. E depois virão as emendas e subemendas, nas quais o parlamento é pródigo: só para o regimento interno da Constituinte, um livretinho de 44 páginas, foram apresentadas mais de 1 mil 500.

Nos 30 dias de que os parlamentares dispõem para apresentar suas sugestões, decreto não faltará novas surpresas. Mas, só para ilustrar a detalhada atenção de nossos constituintes, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) não esqueceu que os pobres também têm filhos. Talvez não lhe tenha ocorrido propor algum dispositivo que garantisse a sobrevivência digna de nossa infância. Em todo caso, espantado pelo "número de indivíduos que deixam de registrar seus filhos apenas para não terem que pagar as despesas de cartório" — fato que em muito prejudica a estatística nacional —, ele quer que a Constituição determine que o Estado pagará "o registro civil e a respectiva certidão a todos os brasileiros".

Ordem Social procura gabinete

"A Ordem Social é a Comissão mais importante porque irá dizer se este País terá paz social, mas o seu trabalho já começou distorcido". O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) fez esta observação na última quarta-feira, quando se travava a disputa pela eleição do presidente e relator da Comissão da Ordem Social. A começar pela eleição e a escolha do relator, que só aconteceu na última sexta-feira, pode-se dizer que o Senador tem razão.

Como se não bastasse o tumulto da eleição, logo no dia seguinte o presidente da Comissão, deputado Edme Tavares (PFL-PB), começou a descobrir que irá enfrentar muitos problemas daqui para a frente. Ele achava que poderia começar a trabalhar já na quinta-feira. Se enganou. Quando foi procurar o gabinete de presidente, descobriu que não existia.

Pode parecer uma questão pequena, mas acontece que Edme Tavares possui um gabinete no anexo IV da Câmara e a Comissão da Ordem Social e suas três subcomissões irão funcionar nas salas de comissões do Senado, distante quase dois quilômetros. Ou seja, terá que atravessar a Esplanada dos Ministérios cada vez que precisar se deslocar até a Comissão. A não ser que coloque uma mesa no corredor, como sugeriu um funcionário do Senado.

"Como é que eu vou receber os representantes de sindicatos, de federações. Preciso de um espaço para isso", reclamava o presidente Tavares. Para tentar solucionar o problema ele procurou o presidente da



Tavares não sabe onde instalar a Comissão

Constituinte, Ulysses Guimarães, que considera justa a reivindicação. O problema é a falta de espaço. Outro que está enfrentan-

do o mesmo problema é o deputado José Lins (PFL-CE), presidente da disputa da Comissão da Ordem Econômica, que também

funcionará no Senado. Os funcionários do Senado dizem que é impossível se conseguir mais salas. As próprias secretarias funcionam em cubículos apertados. Isto sem contar que a secretaria e o plenário da subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, por exemplo, estão separados por um longo corredor, no subsolo do prédio.

Como disse o senador Mansueto de Lavor, a Comissão da Ordem Social é uma das mais importantes porque ali será discutida a questão do trabalho. E nesta Comissão que se decidirá se o trabalhador tem direito à greve, à estabilidade de emprego e à autonomia sindical. Os direitos dos servidores públicos também serão decididos nesta Comissão.

Além disso, nas outras duas subcomissões, grandes debates serão travados envolvendo a questão do índio, das minorias, dos deficientes e dos negros. A saúde, outro grande problema do País, será debatida numa outra subcomissão que cuidará também da segurança e do meio ambiente.

"Eu quero começar a trabalhar logo", dizia na última quinta-feira o presidente Edme Tavares. Desolado, não sabia quem seria o relator que iria nomear. As disputas dentro do PMDB tumultuaram a eleição na Comissão, realizada na última quarta-feira, e por pouco o próprio Edme Tavares não foi eleito. O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), que queria ser relator, ameaçou romper o acordo entre o PMDB e o PFL, disputando a presidência.